



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE INOVAÇÃO E PROSPECÇÃO - SEIP/CPC/CGPLAM/DLOG/PF

ESTUDO PRELIMINAR Nº 145513863/2026-SEIP/CPC/CGPLAM/DLOG/PF

Processo nº 08200.012953/2026-13

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) é elaborado em estrita conformidade com o Art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133/21, e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022. Sua finalidade primaz é demonstrar de maneira a viabilidade técnica, operacional e econômica para a dispensa de licitação voltada à locação da estrutura do estande da Polícia Federal na LAAD 2026. Este documento consolida o planejamento que precede a contratação, garantindo o alinhamento da necessidade da Administração Pública às soluções efêmeras disponíveis no mercado e assegurando a eficiência no emprego do gasto público na representação institucional.

1.2. Para materializar a participação estratégica da DLOG na LAAD 2026, faz-se imperativa a contratação da locação de estrutura arquitetônica efêmera para o estande. A via administrativa adequada, legal e célere para este certame específico é a Contratação Direta por Dispensa de Licitação conforme inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133/21, sob a estrita égide da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

1.3. A inaplicabilidade do Inciso I do artigo 75 é manifesta. Este dispositivo autoriza a dispensa de licitação para obras e serviços de engenharia de pequeno valor. A montagem de estandes para eventos e feiras de negócios não se caracteriza, sob a ótica da engenharia civil e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), como uma obra de engenharia perene que se incorpora ao patrimônio público. Trata-se, inequivocamente, de um serviço de arquitetura efêmera, locação de bens móveis e cenografia temporária.

1.4. A inaplicabilidade do Inciso III do artigo 75 é patente em sua formulação temporal. Este inciso trata da contratação direta nos casos em que a licitação anterior, para o mesmo objeto, restar deserta ou fracassada, com a manutenção de todas as condições definidas no edital prévio. A situação fática em tela não se amolda a este preceito, visto que não houve deflagração de certame licitatório prévio (Pregão ou Concorrência) para a contratação da montagem deste estande específico na LAAD 2026.

1.5. Os prazos legais e os ritos processuais exigidos pela Lei 14.133/2021 para uma licitação padrão (fase preparatória, elaboração de editais, prazos de publicidade, sessão pública, eventuais recursos administrativos e adjudicação) ultrapassariam com facilidade a data de início da montagem no Transamerica Expo Center.

1.6. Adicionalmente, as características intrínsecas e as externalidades do mercado de feiras e exposições de grande porte corroboram a escolha direta. A montagem de infraestrutura em pavilhões altamente regulados, como o Transamerica Expo Center, submete-se a rígidos cadernos de encargos das empresas organizadoras, limitando severamente os horários de acesso e exigindo atestados de responsabilidade técnica rigorosos. Exige-se das empresas contratadas uma capacidade de mobilização em tempo (madrugadas e finais de semana) que poucos fornecedores conseguem garantir com a excelência visual exigida por uma corporação do porte da Polícia Federal.

2. DA NÃO ADMISSÃO OU NÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO E DE COOPERATIVAS

Consórcio

2.1. A participação de empresas em consórcio será vedada. A Lei nº 14.133/2021, em seu Art. 15, estabelece a permissão de consórcios como regra, mas faculta à Administração a sua vedação, desde

que devidamente justificada. A justificativa para a presente vedação reside na natureza do objeto.

2.2. Outra razão que ampara a admissão de empresas reunidas em consórcio é a ampliação da competitividade. Em soluções complexas, apenas poucas empresas são capazes de oferecerem a solução em sua completude. No caso em comento, os itens que se pretende adquirir são serviços comuns de mercado, razão pela qual a participação de empresas reunidas em consórcio não agregará benefícios na mesma medida em que sua admissão trará complexidade ao procedimento.

Cooperativa

2.3. O ETP manifesta preocupação com a potencial dificuldade de controle e responsabilização em caso de falhas, a segurança jurídica do contrato e o risco de inadimplemento de obrigações, que poderiam ser transferidos à Administração Pública, em linha com a jurisprudência do TCU que permite a vedação quando a natureza do serviço assim o exige.

2.4. Visando garantir a regularidade, a qualidade e a segurança dos serviços prestados pela Administração Pública, citamos alguns dos principais motivos para a vedação à participação de cooperativas:

2.4.1. **Controle e responsabilização:** Ao vedar a participação de cooperativas, a Administração Pública busca evitar a dificuldade de controle e responsabilização pelos serviços prestados. Cooperativas são compostas por membros associados, e a rotatividade de cooperados pode dificultar a estabilidade e a continuidade dos serviços, tornando complexa a definição de responsabilidades em caso de falhas ou problemas na execução do contrato.

2.4.2. **Segurança jurídica:** A vedação evita situações ambíguas e potenciais questionamentos legais, uma vez que as cooperativas têm uma natureza peculiar e estão sujeitas a diferentes normas em comparação a outras formas de organização empresarial. Ao permitir a participação de cooperativas, poderia haver conflitos de interpretação sobre os direitos e deveres contratuais, afetando a segurança jurídica das contratações.

2.4.3. **Garantia da qualidade dos serviços:** A contratação de serviços ser sensível, exigindo a seleção de profissionais qualificados, estáveis e comprometidos. Ao vedar a participação de cooperativas, a Administração busca garantir que os contratados sejam empresas constituídas sob a forma empresarial, com estrutura, histórico e capacidade de oferecer a mão de obra especializada necessária para o cumprimento do contrato.

2.4.4. **Cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias:** Cooperativas podem enfrentar dificuldades em assegurar o cumprimento integral das obrigações trabalhistas e previdenciárias em contratos.

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. CGPLAM/DLOG/PF

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

4.1. A participação institucional da Diretoria de Logística (DLOG) da Polícia Federal (PF) na edição de 2026 da feira LAAD Security Milipol Brazil, agendada para ocorrer no Transamerica Expo Center, em São Paulo, entre os dias 14 e 16 de abril de 2026, representa um ponto de inflexão na doutrina de suprimentos operacionais da instituição. O presente relatório técnico consubstancia a fase preparatória exaustiva para a viabilização de um estande próprio da Polícia Federal neste que é reconhecido como o principal e mais abrangente evento de segurança e defesa da América Latina, estruturando, de forma pormenorizada, as exigências documentais e legais para as contratações necessárias.

4.2. O convite formal endereçado à Diretoria de Logística para figurar não apenas como uma delegação visitante, mas como expositora âncora no evento, não ocorreu por acaso. Trata-se de um fruto direto e incontestável do êxito obtido pela delegação técnica da Polícia Federal durante a LAAD Defense & Security 2025, realizada no Rio de Janeiro entre 01 e 04 de abril de 2025. Naquela ocasião, a equipe multidisciplinar composta por membros do Setor de Inovação e Prospecção (SEIP) e do Setor de Padronização de Itens de Logística (SECOL) conduziu uma agenda exaustiva e altamente especializada de mapeamento de mercado. A atuação da equipe envolveu interações profundas com gigantes globais da indústria de defesa. Foram prospectadas soluções que variaram desde tecidos com arquitetura de alta performance e proteção balística de ponta (avaliando tecnologias da Avient com o Dyneema e da DuPont

com o Kevlar EXO), até a análise crítica de miras reflexivas miniaturizadas (MRDS) das marcas Aimpoint, Primary Arms e Trijicon, essenciais para a atualização das pistolas de dotação. Adicionalmente, a equipe analisou armamentos de assalto de fabricantes de renome mundial, como Glock, FN Herstal e SIG Sauer, além de explorar a fronteira tecnológica em dispositivos de gravação corporal (Bodycams) com as empresas AXON e Motorola, e veículos blindados táticos com a Carbon Cars e Hi Tech Blindados.

4.3. A demonstração do absoluto rigor técnico da Polícia Federal na formulação de seus requisitos operacionais, o nível de profundidade dos questionamentos balísticos e a apresentação da reestruturação logística da corporação chamaram a atenção não apenas das indústrias, mas da própria organização do evento (Creative Events Brazil). Este nível de excelência técnica resultou no inédito convite para que a Polícia Federal ocupe um espaço de destaque na edição de 2026 em São Paulo, transmutando a corporação de uma entidade que busca o mercado para uma instituição que o mercado busca.

4.4. É de suma importância aprofundar a análise sobre o potencial incomensurável gerado por esta participação ativa no evento para as futuras aquisições internacionais da Polícia Federal. Ao estabelecer um estande próprio, estruturado de forma a refletir a imponência e a seriedade da instituição, a Polícia Federal inverte a polaridade tradicional da prospecção logística. A instituição deixa de ser apenas uma comitiva que percorre pavilhões para tornar-se um polo de atração magnética. As indústrias de defesa estrangeiras, os fabricantes originais de equipamentos (OEMs) e as diversas delegações internacionais oficiais passarão a convergir para o espaço da Polícia Federal com o intuito de apresentar suas soluções mais inovadoras.

4.5. Este ambiente controlado e institucionalizado propicia a realização de rodadas de negócios diretas e de altíssimo nível, eliminando intermediários comerciais, reduzindo substancialmente os custos de transação e permitindo o alinhamento precoce e direto das especificações técnicas brasileiras com o que há de mais avançado no estado da arte global. A presença institucional em um estande próprio otimiza o procedimento de pesquisa de preços e o diálogo competitivo preconizados pela Lei nº 14.133/2021, facilitando o acesso a inovações disruptivas e consolidando a Polícia Federal como um ator estratégico e formador de mercado no cenário global de segurança pública. O estande servirá como um laboratório avançado de inteligência de compras, onde o futuro da logística policial será delineado e os próximos editais internacionais da corporação ganharão seus contornos definitivos.

4.6. A feira LAAD Security Milipol Brazil congrega os principais e mais influentes atores da segurança pública, defesa e tecnologia militar de todo o continente. A Polícia Federal, reconhecida internacionalmente como uma força de excelência investigativa e operacional, necessita imperiosamente de um espaço físico que reflita com precisão essa envergadura institucional.

4.7. A gênese desta necessidade remonta ao ano de 2025. Durante a edição da LAAD Defense & Security 2025, sediada no Rio de Janeiro, a equipe da Diretoria de Administração e Logística (DLOG), representada pelos setores SEIP e SECOL, realizou um trabalho monumental de prospecção tecnológica. Os policiais federais avaliaram in loco soluções críticas, dialogando com empresas de ponta: discutiram arquitetura têxtil para uniformes com a SPEAR Tactical e a Santista, avaliaram matrizes de polietileno balístico da Avient e DuPont, testaram optrônicos e miras MRDS da Aimpoint e Trijicon, e inspecionaram armamentos de assalto da Glock, FN Herstal e SIG Sauer.

4.8. O nível de detalhamento técnico exigido pela equipe da PF, focado em durabilidade, integração sistêmica e inovação, impressionou profundamente os fornecedores globais e a própria direção da LAAD (Creative Events Brazil). A postura ativa e questionadora da PF desmistificou a figura do comprador passivo, elevando a corporação ao patamar de parceira no desenvolvimento tecnológico. Em decorrência direta deste desempenho ímpar, originou-se o convite formal para que a DLOG assumisse o protagonismo de expositora na edição de 2026 em São Paulo. Para materializar este convite e continuar a liderar as inovações no mercado, faz-se indispensável uma estrutura locada de 87,50m², que contemple piso elevado acessível, áreas de descompressão e uma sala de reunião acusticamente isolada para tratativas que envolvem dados sensíveis e segurança de Estado.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A solução avaliada como viável e necessária engloba a locação, montagem e desmontagem

da seguinte infraestrutura arquitetônica :

5.2. Construção de Sala de Reunião privativa, com fechamento em estrutura robusta de vidro incolor temperado de segurança e porta tipo blindex. A sala exige paredes laterais e frontais e porta com fechadura.

5.3. Estruturação de parede lateral em madeira, com dimensões críticas de 4,00m x 2,50m de altura, com reforço de carga para posterior instalação de painel de LED P2, ostentando o mesmo acabamento no padrão RGB institucional.

5.4. Fornecimento, roteamento de cabos (invisíveis ao público) e instalação de refletores de luz LED com foco direcionado, com o fito de banhar adequadamente os relevos da Comunicação Visual externa e iluminar a Sala de Reunião com temperatura de cor confortável para leitura de documentos.

5.5. Dimensionamento da carga projetada (suportando a demanda contínua e elevada de energia dos diodos do Painel de LED).

5.6. Instalação estratégica de 10 (dez) tomadas bipolares padrão ABNT com aterramento, distribuídas conforme layout para recarga de laptops e dispositivos móveis das autoridades; fornecimento de 01 luminária de piso com design contemporâneo.



Prazos, Local de Execução e Responsabilidades

5.7. Local da Execução: Transamerica Expo Center (Avenida Dr. Mário Vilas Boas Rodrigues, 387 - Santo Amaro, São Paulo - SP), Stand F50.

5.8. Cronograma de Montagem: Acesso a partir de 11/04/2026 (08:00 AM) até o limite máximo para entrega definitiva em 13/04/2026 (10:00 PM).

5.9. Cronograma de Desmontagem: Início imediato após o término da feira, em 16/04/2026 (06:00 PM) até 17/04/2026 (08:00 PM).

5.10. Responsabilidades: A contratada é integralmente responsável por todas as taxas sindicais, seguros, EPIs de seus funcionários, transporte de materiais, recolhimento de resíduos sólidos gerados na montagem, e eventuais danos causados ao pavilhão durante a execução dos trabalhos. É vedada a subcontratação total do objeto.

- 5.11. **Especificações Técnicas e Modelo de Execução do Objeto**
- 5.12. Estande: Área de 87,50m² (Stand F50).
- 5.13. Construção de Sala de Reunião privativa, com fechamento em estrutura robusta de vidro incolor temperado de segurança e porta tipo blindex. A sala exige paredes laterais e frontais e porta com fechadura.
- 5.14. Estruturação de parede lateral em madeira, com dimensões críticas de 4,00m x 2,50m de altura, com reforço de carga para posterior instalação de painel de LED P2, ostentando o mesmo acabamento no padrão RGB institucional.
- 5.15. Fornecimento, roteamento de cabos (invisíveis ao público) e instalação de refletores de luz LED com foco direcionado, com o fito de banhar adequadamente os relevos da Comunicação Visual externa e iluminar a Sala de Reunião com temperatura de cor confortável para leitura de documentos.
- 5.16. Dimensionamento da carga projetada (suportando a demanda contínua e elevada de energia dos diodos do Painel de LED).
- 5.17. Instalação estratégica de 10 (dez) tomadas bipolares padrão ABNT com aterramento, distribuídas conforme layout para recarga de laptops e dispositivos móveis das autoridades; fornecimento de 01 luminária de piso com design contemporâneo.

Estrutura principal:

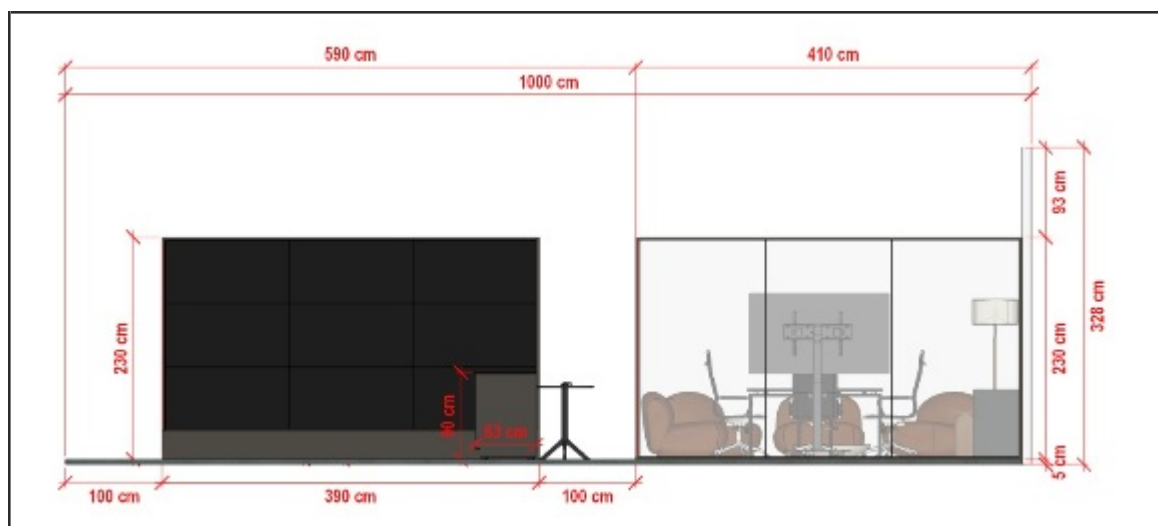
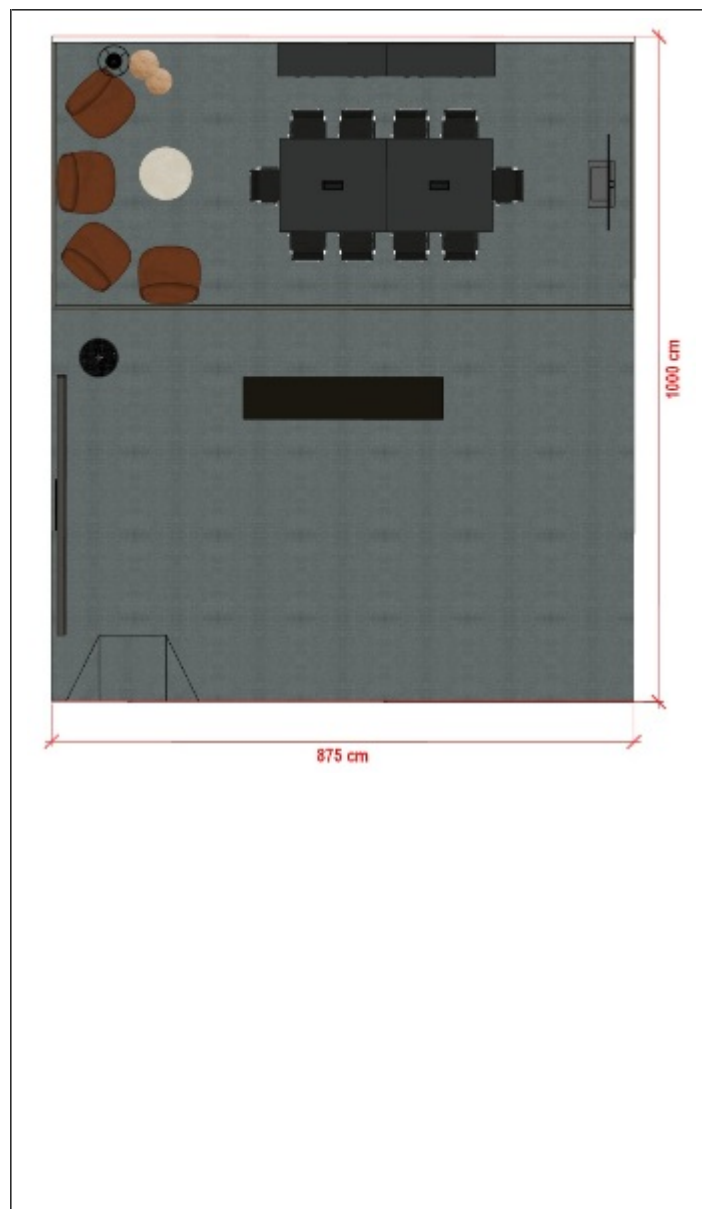
- 5.18. 01 Sala de reunião com fechamento em vidro.

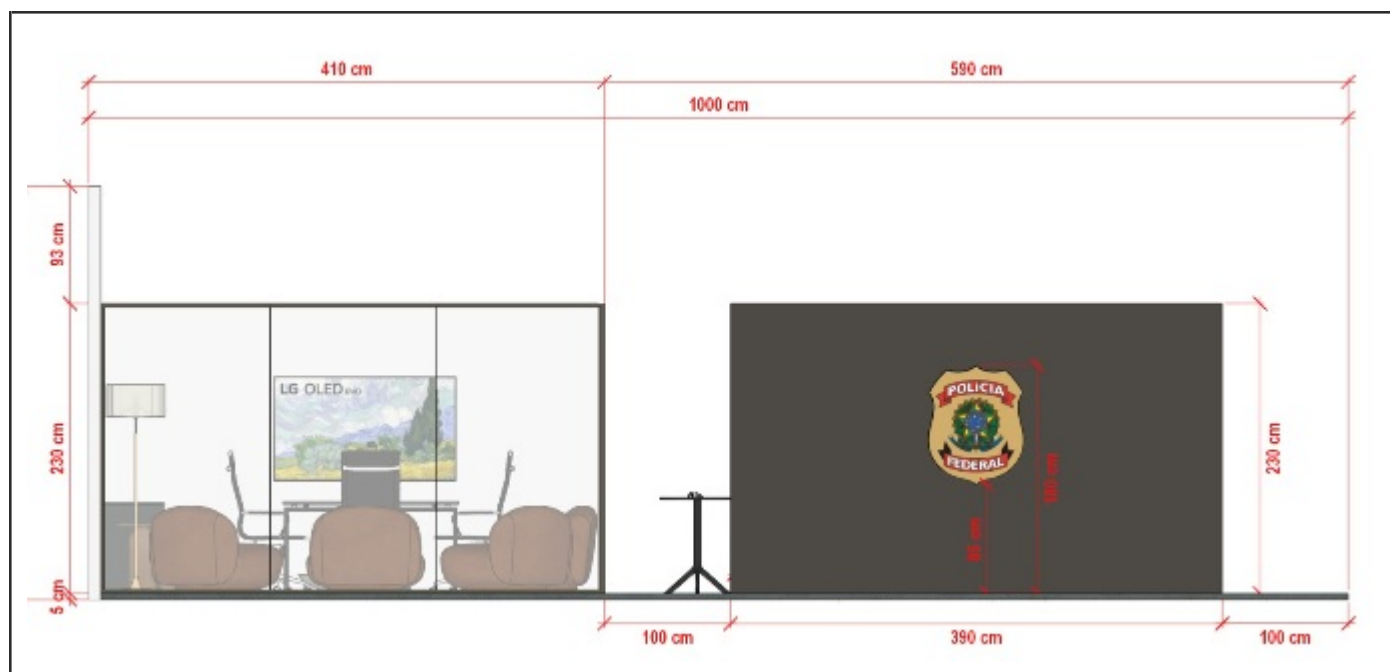
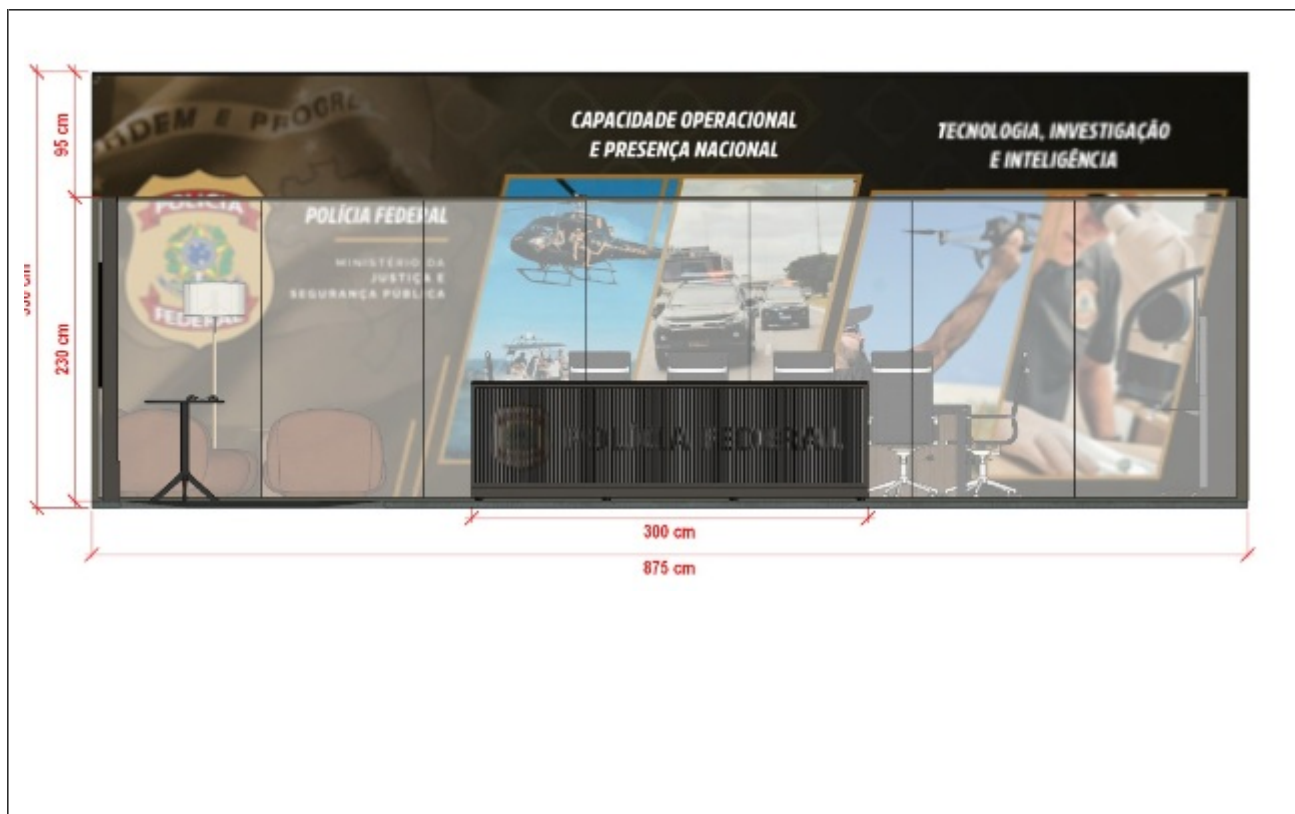
Mobiliário da sala:

- 5.19. 01 Mesa de reunião grande.
- 5.20. 10 Cadeiras estilo diretor para a mesa de reunião.
- 5.21. 04 Poltronas para a área de convivência.
- 5.22. 02 Balcões baixos (com duas portas cada) para armazenamento interno.
- 5.23. 01 Balcão de recepção, a ser posicionado na parte frontal do estande.

Equipamentos e Iluminação/Elétrica:

- 5.24. 01 Televisão de 50 polegadas presa a um suporte de chão, localizada dentro da sala de reunião.
- 5.25. 01 Televisão acima de 70 polegadas para lateral com estrutura de fixação reforçada (voltada para a projeção de imagens).
- 5.26. Elementos de iluminação (luminárias/focos) adequados para o estande e para a sala envidraçada.





5.28. Critérios de Medição, Liquidação e Pagamento

5.29. O aceite da estrutura dar-se-á mediante Termo de Recebimento Definitivo, lavrado e assinado pelo Fiscal Técnico do contrato após vistoria minuciosa de todos os acabamentos e testes de segurança da estrutura, a ser realizada no dia 13/04/2026. O pagamento será processado e creditado em até 10 dias úteis após a liquidação da despesa decorrente da emissão da respectiva Nota Fiscal, de acordo com o rito do Art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

6.1. 1 (uma) locação de estrutura arquitetônica e montagem de estande em sistema construído/customizado, medindo 87,50m², correspondente à locação de solo do Stand F50 da planta do evento.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. O custo um total estimado da contratação é de **R\$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)**.

Item	Descrição/Especificação	Medida	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	Locação, montagem e desmontagem de infraestrutura de Estande para a Polícia Federal (LAAD 2026).	Média	1	R\$ 52.800,00	R\$ 52.800,00

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

8.1. A equipe de planejamento analisou alternativas à presente contratação, como a aquisição de tendas infláveis ou o uso de estandes modulares padronizados tipo "octanorm". Tais alternativas foram sumariamente descartadas devido à flagrante inadequação para eventos em pavilhão fechado de grande porte e à incapacidade de transmitir a solidez e o alto padrão exigidos para a representação da Polícia Federal perante o mercado internacional. A locação customizada em marcenaria e vidro apresenta-se como a solução mais vantajosa e adequada.

8.2. A justificativa da dispensa de licitação ancora-se na inviabilidade do uso dos incisos I e III do art. 75, suplantados pelos valores de mercado e pela ausência de rito anterior, culminando na invocação do inciso II.

8.3. O procedimento de pesquisa de preços para a estimativa de valor em processos licitatórios é regido por um conjunto de normativos que formam a base legal para todas as etapas descritas. A correta aplicação e interpretação deste arcabouço jurídico são imperativas para a validade e a legalidade do certame. Os principais diplomas que fundamentam esta análise são:

a) **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:** Estabelece o macro-framework para licitações e contratos administrativos no Brasil. Em seu art. 23, determina que o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, estabelecendo os parâmetros gerais para a sua aferição. Este diploma legal provê o mandamento geral, ou seja, o "quê" deve ser feito para assegurar a compatibilidade do preço.

b) **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021:** Este regulamento detalha e operacionaliza o procedimento administrativo para a realização da pesquisa de preços, conforme previsto no § 1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021. A IN 65/2021 define o "como" a pesquisa deve ser conduzida, estabelecendo uma ordem de prioridade para os parâmetros a serem utilizados e exigindo a devida justificativa para a metodologia escolhida. A relação entre a Lei e a Instrução Normativa é de hierarquia e complementaridade, onde a segunda confere exequibilidade à primeira.

8.4. A observância rigorosa a estes normativos, bem como aos princípios basilares da Administração Pública, garante a transparência, a isonomia e a segurança jurídica do processo de contratação, mitigando riscos de questionamentos por parte dos órgãos de controle interno e externo.

8.5. Para a determinação do preço estimado do objeto em tela, foi adotado o parâmetro descrito no **Inciso IV do art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021**, qual seja, a "pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail".

Justificativa para a Não Aplicação dos Parâmetros Prioritários (Incisos I, II e III do Art. 5º da IN 65/2021)

8.6. O § 1º do art. 5º da IN 65/2021 estabelece que devem ser priorizados os parâmetros dos incisos I e II e III. A não utilização destes métodos requer justificativa fundamentada nos autos, o que se faz a seguir, demonstrando que a decisão de recorrer ao Inciso IV não foi uma escolha discricionária, mas uma necessidade metodológica imposta pela **peculiaridade do objeto**.

Peculiaridade do objeto.

8.7. Em estrito cumprimento aos ditames da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços no âmbito da Administração Pública federal, o presente Estudo consubstancia a análise e a validação do mapa de pesquisa mercadológica destinado a aferir o valor referencial para a contratação da locação e montagem de estrutura do estande institucional da PF na LAAD 2026.

8.8. Para a formulação consistente do preço estimado da estrutura arquitetônica, foi adotado de forma metodologicamente exclusiva o parâmetro previsto no Inciso IV do Art. 5º da IN 65/2021, qual seja: "pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação".

8.9. Afastou-se motivadamente a priorização do Inciso I (Painel de Preços e bancos de dados oficiais do governo) e do Inciso II (contratações similares feitas pela Administração Pública) em virtude da inviabilidade técnica de comparação. A locação de um estande customizado para a feira LAAD não constitui um produto off-the-shelf (de prateleira) ou um serviço massificado padronizável. Trata-se de uma obra de arquitetura efêmera projetada de forma autoral e exclusiva para as coordenadas exatas da planta do "Stand F50" no Transamerica Expo Center, sujeitando-se às distâncias de frete para aquele local específico, às regras sindicais do município de São Paulo, às taxas de montagem noturna da organizadora do evento e a um prazo restritivo de 72 horas para consolidação.

8.10. Pesquisar "locação de estande" no Painel de Preços resultaria na captura de contratos genéricos, montagens de tendas de lona ou estandes modulares básicos (tipo octanorm) que não guardam nenhuma semelhança técnica com a estrutura complexa de piso elevado, vidros temperados, forro acústico Baffle Form e acabamento colorimétrico RGB exigido. A adoção de dados de sistemas oficiais, neste caso peculiar, introduziria uma falha metodológica grave, gerando uma estimativa de preços subavaliada e inexequível, culminando no fracasso do certame. Portanto, a solicitação de orçamentos diretos a empresas montadoras de alto padrão com expertise em feiras internacionais foi o único método seguro que garantiu a fidedignidade e a exequibilidade da estimativa.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. No caso em tela, o parcelamento do objeto não se aplica devido a natureza da contratação que é serviço não contínuo.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. As contratações correlatas e/ou interdependentes referem-se à necessidade de aquisição de diferentes itens ou serviços que estão relacionados entre si ou que dependem um do outro para a realização de um objetivo comum. Aqui estão algumas considerações sobre essas contratações:

10.2. Contratações Correlatas: São aquelas que envolvem produtos ou serviços que, embora possam ser utilizados de forma independente, têm um vínculo que justifica sua aquisição conjunta para otimizar processos e resultados.

10.3. Contratações Interdependentes: Refere-se a itens ou serviços cuja execução depende diretamente da realização de outros. Por exemplo, a aquisição de hardware e software que precisa ser instalado e configurado simultaneamente.

10.4. Na prática, a identificação de contratações correlatas e interdependentes deve ser feita com base em uma análise cuidadosa das necessidades do projeto, considerando tanto os aspectos técnicos quanto os orçamentários. A Lei 14.133/2021 permite essa abordagem para promover a eficiência e a economicidade nas contratações públicas.

10.5. Ou seja, não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido. Assim como foi certificado a realização de consultas a IRPs e que não havia a época conveniência de participação em eventual IRP em andamento.

10.6. A referida dispensa é autônoma e prescinde de contratações correlatas ou interdependentes.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. Esta aquisição está em perfeita consonância com o Plano Estratégico 2024/2027 da Polícia

Federal. Ela contribui diretamente para o alcance de objetivos estratégicos, como "Apoio logístico efetivo", ao prover os meios materiais necessários para que as unidades especializadas possam cumprir suas missões.

11.2. O Planejamento Estratégico do Órgão dispõe sobre dentre outras ações: objetivo estratégico valorizar os servidores – Política Pública: Política de Aparelhamento e Modernização da PF.

11.3. A pretendida aquisição vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2024/2027 da Polícia Federal, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso e relacionando-se com as seguintes diretrizes:

11.3.1. Pessoal motivado: Dispor de efetivo motivado ao desempenho das atribuições e ao cumprimento da missão institucional;

11.3.2. Apoio logístico efetivo: Dispor de sistema de logística que permita manter todas as suas unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas; e

11.3.3. Credibilidade mantida: Dispor de elevados índices de aceitação e credibilidade perante a sociedade brasileira e a comunidade internacional.

11.4. Os objetivos estratégicos da Polícia Federal relacionados a este plano são:

11.4.1. Fortalecer o enfrentamento à criminalidade.

11.4.2. Fomentar as ações em benefício da cidadania.

11.4.3. Conferir efetividade ao emprego dos recursos.

11.5. As estratégias são:

11.5.1. Potencializar as ações de prevenção e repressão à criminalidade com ajuda de novos meios tecnológicos.

11.5.2. Reforçar a atuação policial em áreas de fronteira.

11.5.3. Resguardar os direitos humanos.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. Deve-se destacar que a participação ativa da corporação num evento desta expressividade transcendental excede e ultrapassa em muito a pálida percepção de uma mera e vaidosa exibição ou exibicionismo institucional de fardamentos e insígnias perante passantes civis. Trata-se, em verdade diametral e profunda, da consolidação e da cristalização madura e final de um sofisticado e formidável mecanismo institucional de altíssima octanagem: a "Inteligência Estratégica Estatal Aplicada em Compras e Licitações Internacionais Públicas". Ao interagir de forma magnética, palpável, presencial e dominadora com a mais agressiva e disruptiva vanguarda de engenharia e tecnologia militar exposta globalmente sob os holofotes do estande da LAAD em São Paulo, a Diretoria de Logística (DLOG) da Polícia Federal assentará as pedras fundamentais e moldará de forma permanente e irreversível as exigências contratuais, as premissas de cadernos de testes e os limiares de excelência balística e digital para absolutamente todos os vultosos editais e pregões de reaparelhamento governamental a serem erigidos na próxima década. Este salutar esforço propulsivo resultará, em sua alavancagem última, na perene e incontestável proteção direta de toda a sociedade brasileira, mediante o armamento e a contínua incorporação pelas tropas das mais impecáveis e letais ferramentas de segurança já desenvolvidas mundialmente.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. A presente locação demanda que o Órgão se adeque à dotação própria, conforme legislação vigente referente ao tema;

14. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

14.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

14.1.1. A Contratada deverá cumprir, no que couber, aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010:

14.1.2. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

14.1.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

14.1.4. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

14.1.5. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

14.1.6. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

14.1.7. Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

14.1.8. Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

14.1.9. Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

14.1.10. Outras formas vedadas pelo poder público.

14.1.11. A área técnica atesta que seguiu as orientações do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, 7ª edição, outubro/2024.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1. Não foram identificados possíveis impactos ambientais em função da aquisição pretendida.

16. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO ACESSO À INFORMAÇÃO

16.1. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que:

16.1.1. As informações contidas no presente Estudo Preliminar **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado participante da licitação.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

17.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 58/2022, e em observância ao modelo de ETP disponível no [sítio compras.gov.br](http://sítio.compras.gov.br), bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação, bem como o devido atendimento às demandas de negócio formuladas.

17.2. Além disso, os benefícios pretendidos são adequados; os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade; os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

17.3. Por todo o exposto, a contratação do evento não é apenas viável, mas imprescindível para um bom resultado e desempenho da Polícia Federal.

17.3.1. Dessa forma, justifica-se a necessidade da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**.

17.4. Diante do exposto, **declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a solução proposta.**

18. RESPONSÁVEIS

18.1. A Equipe de Planejamento da Contratação, instituída conforme documento, aprova este Estudo Técnico Preliminar, conforme o § 2º do Art. 11 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, e submete para apreciação das instâncias superiores.

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Integrantes Técnicos:

ALCINÉLIA SEPÚLVEDA BRITO BARRETO

Perita Criminal Federal
SECOL/CPC/CGPLAM/DLOG/PF

NEUSA REJANE PINHEIRO DE CARVALHO HALTEMBURG

Perita Criminal Federal
SECOL/CPC/CGPLAM/DLOG/PF

Integrante Administrativo:

DANILO DE ALBUQUERQUE

Agente de Polícia Federal
DICOMP/CLC/CGAD/DLOG/PF

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar:

FLÁVIO ALVES CARLOS

Perito Criminal Federal
Diretor de Administração e Logística - Substituto



Documento assinado eletronicamente por **NEUSA REJANE PINHEIRO DE CARVALHO HALTENBURG, Perito(a) Criminal Federal**, em 08/04/2026, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO MENDES LIMA DE OLIVEIRA, Fiscal de Contrato**, em 08/04/2026, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PHILIPPE BRITO DE MORAES, Agente de Polícia Federal**, em 08/04/2026, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO ALVES CARLOS, Diretor(a) - Substituto(a)**, em 08/04/2026, às 19:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO HOFMANN, Agente de Polícia Federal**, em 08/04/2026, às 09:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALCINELIA SEPULVEDA BRITO BARRETO, Perito(a) Criminal Federal**, em 08/04/2026, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=145513863&crc=CA347528.
Código verificador: **145513863** e Código CRC: **CA347528**.